

Claudia Nunes de Lima e Andrade 

Doutoranda em Memória e Patrimônio Cultural –
UFMG
claudarq@gmail.com

Tamara Nunes Pereira 

Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável – UFMG
tamaranunes.arquitetura@gmail.com

João Pedro Otoni Cardoso 

Doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio
Sustentável - UFMG
otoni.joaop@gmail.com

Leonardo Barci Castriota 

Professor titular – UFMG
leocastriota@gmail.com

MEMÓRIAS EM DISPUTA: A TRAJETÓRIA DA ESTÁTUA DE STROESSNER E OS VALORES DO PATRIMÔNIO DISSONANTE

Resumo

Monumentos intencionados, ao materializarem narrativas oficiais de poder, tornam-se objetos de disputa quando suas mensagens entram em conflito com valores sociais e identitários em transformação. Este artigo analisa a trajetória da estátua de Alfredo Stroessner, ditador que governou o Paraguai entre 1954 e 1989, inicialmente celebrada no Monumento a La Paz Victoriosa e posteriormente ressignificada na obra Entierro de un (otro) monumento, de Carlos Colombino. Com base na teoria de valores patrimoniais de Aloís Riegl, a análise aborda os significados atribuídos ao monumento em dois momentos: sua construção, em 1979, como símbolo de glorificação do regime stronista, e sua derrubada em 1991, quando os fragmentos da estátua foram reutilizados para denunciar as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura. O estudo dialoga com os conceitos de memória coletiva, memória cultural e memória política, destacando os processos de patrimonialização de memórias traumáticas e as disputas por reconhecimento histórico. A nova configuração da estátua, instalada na Plaza de los Desaparecidos, transforma a representação do ditador em um símbolo de opressão vencida, enquanto o vazio deixado no monumento original sinaliza uma recusa explícita em substituir a sua presença. O caso evidencia como monumentos incômodos mobilizam distintas categorias de valores ao longo do tempo, funcionando como instrumentos de enfrentamento de violências simbólicas e afirmação de direitos humanos. A experiência paraguaia antecipa debates contemporâneos sobre patrimônio dissonante e memória pública, reforçando a compreensão dos monumentos como suportes dinâmicos de discursos, identidades e disputas políticas.

Palavras-chave: Monumentos Incômodos; Valores patrimoniais; Memória; Ditadura; Ressignificação.

MEMORIES IN DISPUTE: THE JOURNEY OF STROESSNER'S STATUE AND THE VALUES OF DISSONANT HERITAGE

Abstract

Intended monuments, by materializing official narratives of power, become objects of dispute when their messages clash with evolving social and identity values. This article examines the trajectory of the statue of Alfredo Stroessner, the dictator of Paraguay from 1954 to 1989, initially celebrated within the Monumento a La Paz Victoriosa and later resignified in the artwork Entierro de un (otro) monumento by Carlos Colombino. Drawing on Aloís Riegl's theory of heritage values, the analysis explores the meanings attributed to the monument at two crucial moments: its construction in 1979 as a glorifying symbol of the Stronista regime, and its removal in 1991, when the statue's fragments were repurposed to denounce human rights violations committed during the dictatorship. The study explores concepts of collective, cultural, and political memory, emphasizing the processes of memorializing traumatic histories and the struggles for historical recognition. The statue's new configuration, installed at the Plaza de los Desaparecidos, transforms the dictator's figure into a symbol of defeated oppression, while the void left in the original monument signals a deliberate refusal to reinstate his presence. This case illustrates how dissonant heritage mobilizes different value categories over time, serving as a means of confronting symbolic violence and affirming human rights. The Paraguayan experience, which predates recent global monument contestation movements, anticipates contemporary debates on dissonant heritage and public memory. The analysis reinforces the understanding of monuments as dynamic supports for discourses, identities, and political struggles.

Keywords: Difficult Heritage; Heritage Values; Memory; Dictatorship; Re-signification.

INTRODUÇÃO

Em tempos de intensas revisões históricas e disputas por reconhecimento, monumentos, placas e toponímias vêm sendo reavaliados à luz de novas leituras do passado, que incorporam vozes antes silenciadas. Símbolos outrora celebrados como consensuais podem, em novos contextos, revelar tensões, violências e opressões, desestabilizando memórias oficiais e fomentando conflitos em torno do pertencimento e da identidade coletiva.

Este artigo examina esse fenômeno a partir do estudo de caso paradigmático da estátua de Alfredo Stroessner, ditador que governou o Paraguai entre 1954 e 1989. Erguida em 1982 como parte do *Monumento a La Paz Victoriosa*, a escultura foi derrubada em 1991 e, em seguida, ressignificada pelo artista Carlos Colombino na obra *Entierro de un (otro) monumento*. Esse percurso ilustra como um mesmo objeto patrimonial¹ pode ser apropriado por diferentes grupos, assumindo sentidos opostos e refletindo atualizações de valores sociais ao longo do tempo.

A “fortuna instável” da estátua de Stroessner é analisada a partir de um arcabouço multirreferencial que articula: a tipologia de valores patrimoniais proposta por Aloïs Riegl (1903); a problematização do Discurso Autorizado do Patrimônio formulada por Laurajane Smith (2006); a distinção entre memória comunicativa e memória cultural de Jan Assmann (2008; 2011); a teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu (2021); e a noção de patrimônio como construção social desenvolvida por Erica Avrami, Randall Mason e Marta De la Torre (2000). Complementam-se ainda reflexões que aprofundam a compreensão dos processos de reconhecimentos e valorização de objetos por grupos sociais, incluindo o conceito de patrimônio dissonante de Turnbridge & Ashworth (1996) e a dinâmica de invisibilização–reaparecimento de monumentos incômodos, explorada por Leonardo Castriota (2022a).

Com base nesse arcabouço teórico, demonstra-se como os sentidos atribuídos à estátua de Stroessner se reconfiguram em processos de remoção, ressignificação e visibilidade conflitiva, transformando o patrimônio em um campo de negociação e disputa simbólica. Para abranger os conceitos necessários à compreensão do monumento em questão, o artigo organiza-se

¹ A discussão aqui proposta se enquadra no campo de estudos da Teoria da Conservação, História e Memória, trazendo a compreensão de que patrimônio é tudo aquilo que tem significado para um segmento social, independente de sua validação por qualquer órgão público.

em dois momentos principais: o primeiro, de natureza teórica, apresenta o embasamento conceitual que sustenta as discussões subsequentes; o segundo, de caráter empírico, introduz o monumento dedicado a Alfredo Stroessner, tanto em sua configuração original quanto em sua ressignificação. Por fim, são tecidas considerações que reforçam a pertinência e a atualidade do debate em torno do patrimônio dissonante.

Esta versão expande a discussão apresentada no “5º Simpósio Científico ICOMOS Brasil e 2º Simpósio Científico ICOMOS/LAC”² (2022), em que se analisou a estátua de Stroessner em seus dois momentos - criação e ressignificação - e constatou-se que, embora as categorias de valor patrimonial permanecessem as mesmas, os valores associados sofreram alterações, revelando conotações distintas conforme os grupos em disputa.

MONUMENTOS COMO MEMÓRIA CULTURAL E POLÍTICA

O termo *monumento* carrega, desde suas origens latinas (*monere* e *monumentum*), a função de “fazer lembrar”, “advertir” ou “evocar o passado” (Le Goff, 1990), significado também encontrado no termo alemão *Denkmal*. Assim, o monumento pode ser entendido como marca que nos faz pensar em algo, um *memento*. Choay (2001) sublinha essa dimensão ao destacar que o monumento atua sobre a memória por meio da emoção, mobilizando afetos em torno de um passado selecionado para fins identitários. Riegl (2022), por sua vez, entende os monumentos como criações intencionais voltadas a manter viva a lembrança de feitos ou destinos, expressão de uma vontade de memória.

Laurajane Smith (2006) observa que o termo se consolidou sobretudo na Europa, refletindo uma perspectiva eurocêntrica. A partir do século XVII, passou a ser associado a registros de poder, grandeza e beleza, assumindo funções comemorativas e estéticas, e privilegiando determinadas memórias e valores públicos (Choay *apud* Smith, 2006).

Enquanto Smith destaca os usos ideológicos e seletivos do termo, Aloïs Riegl em seu texto seminal *O culto moderno dos monumentos* (1903), propõe uma sistematização dos valores atribuídos aos monumentos, distinguindo *Valores de Rememoração (Ancianidade³; Histórico e Intencionado)* e *Valores de*

² Reforçando a relevância dos objetos de estudo, encontramos desde o evento trabalhos que versam sobre o mesmo tema (ex: “Yo lo derribé en vivo y en directo”, de Mariano Montero, 2024), porém, abordado-o através da perspectiva da Comunicação Visual e Iconoclastia.

³ A adoção de “ancianidade” em vez de “antiguidade” se deve a essa palavra remeter à velhice, vetustez, aproximando-se da ideia de Riegl ao utilizar o termo “Alter”, em alemão, enquanto “antiguidade” poderia remeter enganosamente a uma etapa histórica.

Contemporaneidade (de Uso e Artísticos). Os valores artísticos se subdividem ainda em *Valor de Novidade* e o *Valor Artístico Relativo*, sendo este acessado a partir de uma análise da obra em sua dimensão formal e estética no momento de sua produção (Figura 1).



Figura 1. Síntese gráfica dos 'Valores' de Riegl
Fonte: Os autores.

Riegl também diferencia *monumentos intencionados*⁴ - concebidos para rememorar uma pessoa ou acontecimento - dos *não intencionados*, posteriormente reconhecidos por seu valor histórico ou artístico. Essa classificação elaborada por Riegl ajuda a compreender como os monumentos operam como vetores simbólicos, não apenas do passado que representam, mas também do presente que os reinterpreta. Seus valores — de *rememoração* ou de *contemporaneidade* — não são estáticos. O que antes lhes garantiam legitimidade e permanência pode, em novos contextos, tornar-se motivo de rejeição, caso deixem de espelhar os consensos culturais e políticos de um tempo. Essa mutabilidade é chave para entender os monumentos como campos de negociação entre distintas versões da história.

A partir da leitura de Riegl por Gabi Dolff-Bonekämpfer (2010), é preciso considerar que a distinção entre monumentos *intencionados* e *não intencionados* não se limita à origem da obra, mas envolve a forma como ela é percebida e apropriada no tempo. Essa diferenciação, portanto, só se aplica *a posteriori*, pois o que define a natureza de um monumento não é apenas sua gênese, mas seu destino histórico. Nesse contexto, uma estátua pode funcionar, simultaneamente, como monumento comemorativo e como testemunho histórico e estético, caso novos sentidos lhe sejam atribuídos. A sobreposição de valores patrimoniais reforça a ideia de que os monumentos

⁴ Apoiados em Castríota (2022b), adotamos a tradução “monumento intencionado” em vez de “intencional” para destacar o caráter de objeto do monumento frente às intenções originais do sujeito, que o constrói intencionalmente para celebrar algo.

não encerram significados fixos, sendo continuamente re-inscritos por diferentes regimes de memória. Como observa Castriota (2022a), a fortuna dos monumentos é instável porque seus valores são atribuídos *a posteriori*, por múltiplos atores sociais, em contextos e tempos históricos diversos. Como já advertia Riegl, os *monumentos intencionados* tendem a ser preservados apenas enquanto perdura a memória do que celebram.

Nessa perspectiva, a mutabilidade apontada por Riegl adquire novos contornos na contemporaneidade, quando monumentos entram em confronto direto com memórias coletivas divergentes e com os valores democráticos em emergência. Como propõe Ricardo de Souza Rocha (2022), o monumento deixa de ser um mero “registro em mármore” - ou concreto, ou bronze - para tornar-se um *monumento incômodo*, um artefato cujo significado celebrado em origem passa a ser contestado. O “incômodo” surge justamente quando as narrativas consagradas por esses marcos são questionadas por vozes historicamente silenciadas, revelando camadas de exclusão, violência ou apagamento. Essa ideia é aprofundada por Mora *et al.* (2020), que definem os “monumentos incômodos” como símbolos urbanos que geram sentimentos de segregação, injustiça e ódio em comunidades historicamente oprimidas, representando uma visão única da história na qual os abusos e discriminação não foram reconhecidos.

Nesse sentido, o conceito de *patrimônio dissonante*, cunhado por Turnbridge e Ashworth (1996), torna-se especialmente pertinente. Ele designa bens patrimoniais atravessados por disputas e conflitos em torno das representações e apropriações do passado na esfera pública, evidenciando fraturas na memória social. Como observa Halbwachs (2004), os objetos tangíveis com os quais convivemos diariamente tendem a se modificar pouco, reforçando sua permanência, estabilidade e significação. Essa persistência física afeta-nos constantemente, contribuindo para a percepção de imutabilidade da cidade, sobretudo quando a aparência das ruas e edificações permanece inalterada.

Contudo, essa relação entre permanência e memória pode se inverter. Castriota (2022a) e Smith (2006) destacam que tais monumentos deixam de simbolizar uma identidade compartilhada e passam a catalisar debates sobre justiça, memória, pertencimento e representação. Como observa Castriota (2022a), a significância de um bem, antes celebrada, pode se tornar incômoda à medida que a sociedade se transforma, gerando rejeição por parte dos

grupos que, direta ou indiretamente, convivem com sua presença cotidiana. Trata-se de um processo contínuo de negociação e ressignificação dos sentidos que o presente atribui ao passado, ensejando uma rica discussão teórica sobre os critérios que legitimam ou deslegitimam a permanência de certos patrimônios no espaço público.

Como observa Laurajane Smith (2006), os lugares patrimoniais evocam, ao mesmo tempo, memórias individuais e/ou coletivas, sendo por vezes associados a visões confortáveis e harmoniosas, evocando um senso de identidade cultural comunitária. Embora o conceito de patrimônio dissonante já esteja consolidado, este é, em certos casos, marginal em relação ao sentido autorizado do que é patrimônio. Entretanto,

todo patrimônio é desconfortável para alguém, não apenas porque certos significados ou mensagens sobre um local patrimonial pode “deserdar” outra pessoa, mas porque o patrimônio tem um poder particular de legitimar - ou não - o senso de lugar de alguém e, portanto, suas experiências sociais e culturais e suas memórias (Smith, 2006, p. 81).

A arqueóloga australiana destaca que o patrimônio “não é apenas um recurso ou processo social e cultural, mas também político por meio do qual uma série de lutas são negociadas” (Smith, 2006, p.7). Essa dimensão política é corroborada pela pesquisadora mexicana, Eugenia Allier Montaño (2008 *apud* Urtizberea, 2016), ao apontar que a disputa por narrativas históricas e as reivindicações dos excluídos e silenciados nas últimas décadas podem ter origem na aceleração do ritmo de vida, na consolidação da globalização e da pós-modernidade, e, principalmente, pelo desaparecimento das grandes narrativas ideológicas e a crise da História.

Nesse contexto, os chamados patrimônios incômodos evidenciam como a permanência de certos objetos no espaço urbano deixa de provocar apego e passa a gerar estranheza e desconforto. A memória coletiva, longe se ser reforçada pela estabilidade do entorno, é tensionada por ela, revelando os limites da permanência como garantia de significação.

Ampliando essa perspectiva, Urtizberea (2016) a partir da interpretação de Nora, destaca os chamados “Lugares de Memória Traumática”, que surgem para materializar lembranças difíceis, preservando-as e atualizando-as no presente. Para que esses lugares permaneçam significativos, é necessário que estejam vinculados aos interesses e valores de cada tempo. Caso contrário, tanto a memória quanto os lugares tendem ao esquecimento.

Essa relação entre memória, permanência e disputa simbólica encontra respaldo na teoria dos “sistemas simbólicos”, que atuam como instrumentos de conhecimento e comunicação, capazes de estruturar o mundo social porque são estruturados. Pierre Bourdieu (2021) aprofunda essa análise ao afirmar que os sistemas simbólicos - como os monumentos - não são neutros, mas instrumentos de poder. Eles moldam a realidade e legitimam formas de dominação, muitas vezes invisíveis, sustentadas pela cumplicidade tanto de quem a exerce quanto daqueles que lhe são sujeitos, produzindo efeitos ideológicos duradouros em meio a disputas sociais.

O poder simbólico, assim, constrói a realidade, tendendo a estabelecer uma ordem *gnoseológica*, um “sentido imediato do mundo” que pressupõe “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”, como aponta Durkheim (Bourdieu, 2021, p. 6).

Entre as formas de dominação e imposição de poderes, destaca-se a demarcação da paisagem com objetos simbólicos que se perpetuam pelos anos até serem confrontados e nomeados, na contemporaneidade, como monumentos incômodos.

Esses objetos simbólicos, ao se perpetuarem na paisagem, não apenas impõem formas de dominação, mas também atuam como suportes materiais da memória coletiva.

É nesse entrelaçamento entre poder e lembrança que se revela a importância do contexto na forma como a memória é evocada. Halbwachs (2004) distingue dois tipos de memórias: a memória pessoal e a social - também conhecidas, respectivamente, como memória autobiográfica e memória histórica. A primeira se ancora na segunda, pois nossas experiências individuais estão sempre inseridas em algo maior, coletivo e, inevitavelmente, mais amplo. Como explica Halbwachs (2004, p.30), mesmo as recordações dos momentos solitários são, em alguma medida, coletivas, pois carregam as referências e as vozes de outros que não se confundem conosco.

Laurajane Smith (2006), apoiando-se em Halbwachs, afirma que as *memórias coletivas* não são estáticas. Elas são socialmente construídas e legitimadas no presente, moldadas por interesses e identidades compartilhadas e continuamente ajustadas ao e pelo contexto presente por meio da linguagem e da comunicação social.

Michael Pollak (1989) reforça essa perspectiva ao destacar que a memória coletiva não é homogênea ou espontânea, mas um constructo social e político, um “campo de batalha” onde diferentes grupos disputam a legitimidade de suas lembranças. A memória é constantemente elaborada, transmitida e (re)interpretada, sendo fundamental para a construção da identidade de indivíduos e coletividades. Pollak acrescenta ainda que o silêncio também é uma forma de memória - uma “memória subterrânea” - que pode emergir em momentos de crise ou luta social, confrontando a memória oficial e os símbolos que a sustentam.

Essa concepção de memória como processo social corrobora a distinção proposta por Jan Assmann (2008) entre *memória comunicativa* - vivida e transmitida oralmente entre grupos próximos - e *memória cultural*, que depende de suportes materiais e simbólicos para ser preservada ao longo do tempo, como ocorre com os monumentos. Desde a codificação da linguagem, os sentidos que possibilitam a comunicação são negociados socialmente, estruturando lembranças e valores. Assmann argumenta que a memória resolve um problema central da cultura: a transmissão do conhecimento entre gerações por meio de codificações simbólicas, que permitem armazenar, expandir e compartilhar saberes, possibilitando a evolução cultural.

Assmann (2008) também recupera o conceito de *memória social*, cunhado por Aby Warburg, para discutir como imagens e símbolos preservam significados ao longo do tempo. Ele distingue três níveis de memória - pessoal, social e cultural - e enfatiza que a *memória coletiva* só atua eficazmente quando materializada em formas reconhecíveis, como monumentos, cerimônias e narrativas públicas. Nesse sentido, Urtizberea (2016, p. 15) esclarece que, para ser transmitida entre gerações, uma recordação deve integrar tanto a *memória individual* quanto a *social*. Porém, para alcançar um público mais amplo e manter seu “*imprinting social*”, é vantajoso que esteja vinculada à *memória política* ou à *memória cultural*.

A tipologia de Assmann expande o entendimento da memória como processo simbólico e social, situando os monumentos como dispositivos centrais na mediação entre lembrança e identidade⁵ Ele propõe uma distinção sistemática

⁵ Sua concepção dialoga com, mas também se diferencia das formulações de Halbwachs e Le Goff. Enquanto Halbwachs (2004) entende a *memória coletiva* como socialmente construída e enraizada na experiência vivida dos grupos, Le Goff (1990) reserva esse termo às sociedades sem escrita, preferindo *memória social* para aquelas que registram seu passado.

entre *memória comunicativa, cultural e política*, destacando o papel dos suportes simbólicos na estabilização das identidades coletivas. Para Assmann (2008, p. 110), a *memória cultural* é “objetivada, exteriorizada, e armazenada em forma simbólica”. Por meio dessa materialização - em monumentos, arquivos, museus ou rituais - ela se estabiliza e pode ser transmitida entre gerações, mesmo que permaneça latente por longos períodos. Como observa Urtizberea (2016), essas memórias podem ser reativadas e reinterpretadas, aceitando transformações, conforme os contextos sociais e políticos.

Sosa (2016) complementa essa perspectiva ao defender que a *memória cultural* é frequentemente ativada por discursos públicos, tanto de governantes quanto de atores sociais organizados, integrando-se à *memória coletiva e pública* por meio de um processo de construção social. Assmann (2008) acrescenta a distinção entre *memória social* e *memória política*, destacando que esta última organiza e refina recordações com o objetivo de homogeneizar narrativas, atribuindo-lhes alta carga emocional. Essa estabilização permite que certas memórias se perpetuem, reforçadas por instituições, ritos, monumentos e outros lugares formalizados de memória (J. Assmann, 2008; 2013; A. Assmann, 2011; Urtizberea, 2016).

Como sintetiza Urtizberea (2016, p. 17), “qualquer memória política e cultural deve materializar-se e reproduzir-se nas memórias social e individual” para que permaneça e atue eficazmente nos coletivos sociais e nos indivíduos. Sosa reforça esse ponto ao afirmar que o processo de institucionalização e patrimonialização inscreve expressões da memória no território por meio de “marcas de memória”, como placas comemorativas, memoriais e museus, “adquirindo novos significados e valorizações à luz de políticas de memória” e das disputas simbólicas do presente (Sosa, 2016, p. 180).

Como parte dessa política e da identidade cultural, há uma curadoria das *memórias coletivas* que são salvaguardadas como referências e marcos culturais, enquanto narrativas históricas são construídas. Halbwachs distingue *memória e história*: a primeira é vivida, plural e fluida; a segunda esquemática e exterior ao grupo social. No contínuo processo da *memória coletiva*, não há divisões rígidas entre passado e presente, mas fronteiras imprecisas, mutáveis e interdependentes. Enquanto o passado deixa de existir para a memória, o historiador o trata como realidade concreta. Assim, “a memória de uma

sociedade estende-se até onde pode, quer dizer, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta" (Halbwachs, 2004, p. 89).

Assmann estima essa duração em cerca de três a quatro gerações, ou até 80 anos. Halbwachs complementa ao afirmar que o esquecimento não ocorre por repulsa ou indiferença, mas "porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram" (Halbwachs, 2004, p. 88). Assim, quando a *memória coletiva* perde seu grupo de sustentação, precisa ser registrada para sobreviver no tempo, marcando a transição da memória viva para a história.

Por outro lado, Le Goff entende a história como um meio de corrigir a *memória coletiva*, frequentemente marcada por mitos e distorções, atribuindo-lhe objetividade e imparcialidade: "a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros" (Le Goff, 1990, p. 29). No entanto, ele reconhece os limites dessa abordagem, pois, embora o historiador não devesse defender uma causa específica, sua interpretação dos fatos é inevitavelmente influenciada pelo contexto social em que está imerso. Assim, mesmo buscando evidenciar uma verdade histórica, ele não pode se desvincilar completamente da sua condição humana.

A história reúne os acontecimentos que marcaram profundamente a memória das sociedades. Ao serem registrados, ensinados e organizados segundo regras e interesses específicos, os fatos passam por um processo de seleção que difere da lembrança espontânea dos grupos que os vivenciaram. Como aponta Halbwachs (2004), a história tende a se iniciar justamente no ponto em que a tradição se enfraquece e a memória social se dissipa.

Se a história pretende criar uma ponte entre o passado e o presente (Halbwachs, 2004), ela também é, como ressalta Le Goff, "bem contemporânea", pois o passado é apreendido no presente e responde aos seus interesses - o que é inevitável e legítimo (Le Goff, 1990, p. 51). As disputas pela memória também envolvem o esquecimento seletivo. Urtizberea (2016) observa que, em contextos de conflito, certas recordações são intencionalmente apagadas para legitimar narrativas dominantes. Nos lugares de memória, coexistem forças que promovem a preservação dos eventos e outras que buscam silenciá-los.

Rodrigo Patto Sá Motta (2013) insere-se nessa reflexão ao analisar as relações entre a *história* e a *memória* nos contextos ditoriais. Ele argumenta que, nesses cenários, as controvérsias éticas e jurídicas tornam essas relações

mais complexas, aproximando o historiador da figura do juiz. As pesquisas sobre regimes autoritários foram marcadas por uma “enxurrada memorial”, com o surgimento de memórias dolorosas de perseguições, torturas, mortes e desaparecimentos. Ao ativar essas memórias, o historiador assume implicações identitárias, políticas, judiciais e, em alguns casos, até terapêuticas. No entanto, Motta alerta para os riscos de se deixar seduzir pela memória, ressaltando que seu papel é submetê-la à crítica, confrontando-a com outras evidências e buscando o máximo possível de objetividade.

Conceito	Definição	Autores
Memória Coletiva	Conjunto de eventos, fatos, símbolos e experiências compartilhadas por um grupo, transmitidos e atualizados ao longo do tempo	Halbwachs (2004); Urtizberea (2016)
Memória social	Memória coletiva estruturada em sociedades onde há escrita, integrando registros e narrativas compartilhadas	Le Goff (1990); Assmann (2008)
Memória cultural	Memória coletiva objetivada e armazenada em formas simbólicas, como monumentos, arquivos e museus.	Assmann (2008; 2013), Urtizberea (2016)
Memória comunicativa	Transmitida oralmente em grupos próximos, vivida no cotidiano, sem necessidade de registros materiais	Assmann (2008)
Memória política	Memória organizada e refinada para estabilizar narrativas históricas, frequentemente institucionalizada em monumentos e cerimônias	Assmann (2011), Sosa (2016)
História	Registro de eventos significativos organizados de forma sistemática, separando-se da memória coletiva espontânea	Halbwachs (2004), Le Goff (1990)
Esquecimento seletivo	Apagamento intencional de certas recordações para preservar narrativas dominantes em disputas políticas e culturais	Urtizberea (2016)

Quadro 1. Síntese dos conceitos abordados no contexto de teorias sobre memória.
Fonte: Os autores.

Dessa forma, história e memória cultural integram um campo político. A política de patrimônio cultural, inserida na política de memória, reflete como as sociedades selecionam e utilizam o passado, sendo a cultura material um instrumento essencial nesse processo (Avrami; Mason; De la Torre, 2000, p.8). Smith (2006) observa que os monumentos são frequentemente confundidos com os valores atribuídos a eles, fazendo com que, no âmbito do Discurso Autorizado de Patrimônio (AHD), o patrimônio seja reduzido à sua

materialidade, em detrimento dos significados culturais que o tornam relevante. Como destacam Avrami, Mason e De la Torre (2000), as narrativas investidas nos objetos, edifícios e paisagens, funcionam como uma espécie de moeda simbólica, determinando o valor do patrimônio cultural e sua permanência ao longo do tempo.

Smith (2006) amplia a compreensão do patrimônio ao demonstrar que ele não se resume à estagnação dos valores culturais, mas pode ser um instrumento de transformação. Os significados do passado são constantemente reformulados conforme as demandas sociais e políticas do presente. Assim, o patrimônio se torna um campo de negociação: pode consolidar versões consensuais da história promovidas por instituições culturais e elites sancionadas pelo Estado, ou servir como ferramenta de contestação e redefinição de identidades e valores por grupos subalternos.

Objetos, sítios, museus e monumentos funcionam como ferramentas culturais que viabilizam essa negociação de memória e identidade, sem, no entanto, determiná-la de forma unilateral. É nesse ambiente de revisão dos valores e disputa pelo uso do passado que se revelam os monumentos incômodos. Conforme Urtizberea (2016), sem esse processo de negociação, certas memórias permanecem restritas a grupos “iniciados”, correndo o risco de se perderem no esquecimento.

Smith observa que há uma “negociação ativa” quanto aos “valores, significados e ideologias representados nos vínculos que indivíduos e grupos estabelecem com o passado, e o sentido de continuidade e identidade que se extraí desses vínculos” (Smith, 2006, p.63). O monumento, portanto, é apenas a superfície visível de um conjunto complexo de discursos, memórias e disputas. Ao investigar os diferentes sentidos atribuídos a um mesmo marco, percebe-se que o patrimônio não é uma herança imutável, mas uma ferramenta de disputa por pertencimento, visibilidade e justiça.

Ao deslocarmos essa discussão para o contexto latino-americano contemporâneo, observamos múltiplos exemplos de insatisfação diante de memórias problemáticas inscritas no espaço público. O crescente questionamento sobre a permanência de certos monumentos evidencia o caráter conflituoso do patrimônio, sobretudo quando este sustenta narrativas excludentes. No Chile, entre outubro de 2019 e fevereiro de 2020, mais de 1.300 monumentos foram danificados durante manifestações sociais

(Castriota, 2022a). Iniciativas como a página @MonumentosIncômodos, no *Instagram*, documentam visualmente essas tensões, expondo os embates em torno da legitimidade desses objetos na paisagem urbana.

Sosa e Ferreira (2014) destacam que, nos últimos anos, memórias ligadas ao passado recente têm sido revisitadas, especialmente nos países latino-americanos. Entre elas, sobressaem aquelas associadas a regimes ditatoriais das décadas de 1960, 1970 e 1980, cujos símbolos permanecem em disputa. Diante desse cenário, torna-se urgente refletir sobre o destino de monumentos que celebram personagens controversos ou representam repressões históricas.

É nesse ambiente de revisão crítica e negociação simbólica que se inscreve a análise dos chamados “monumentos incômodos”, cuja permanência ou ressignificação mobiliza disputas por memória, justiça e pertencimento. A partir do referencial teórico aqui desenvolvido — que articula os conceitos de patrimônio dissonante, memória cultural e poder simbólico —, propõe-se examinar a trajetória da estátua de Alfredo Stroessner, cujos significados foram drasticamente ressignificados com a mudança de regime e o avanço das lutas por memória e verdade.

A ESTÁTUA DE ALFREDO STROESSNER

A discussão desenvolve-se a partir da análise da estátua de Alfredo Stroessner em dois momentos distintos: inicialmente como parte do “*Monumento a la Paz Victoriosa*”, inaugurado em 1982 e posteriormente - já fragmentada e ressignificada -, na obra “*Entierro de un (otro) monumento*”, assinada pelo arquiteto e artista plástico paraguaio Carlos Colombino (1937-2013)⁶ e inaugurada em 1995. A trajetória desse monumento permite observar como os sentidos atribuídos a um mesmo objeto patrimonial podem ser radicalmente transformados ao longo do tempo, refletindo disputas em torno da memória pública.

Figura central dessas disputas, Alfredo Stroessner, foi militar, ditador e político, tendo presidido o Paraguai entre 1954 e 1989 - um dos mandatos mais extensos e ininterruptos da América Latina (Clepf, 2021). Sua ascensão ao poder ocorreu por meio de um golpe militar que depôs o então presidente eleito,

⁶ Colombino foi figura central na arte moderna paraguaia, tendo, em 2018, 26 de suas obras arquitetônicas declaradas Bien de Valor Patrimonial. Embora *Entierro de un (otro) monumento* não faça parte desse rol, é considerada uma das mais importantes do país.

Federico Cháves, em 4 de maio de 1954. Poucos meses depois, em 15 de agosto, Stroessner foi eleito em um pleito no qual figurava como único candidato. Embora seu governo inicial fosse considerado interino, com a função de completar o mandato de Cháves, ele permaneceu no poder por mais de três décadas, consolidando um regime autoritário por sucessivas eleições controladas (Pereira Júnior, 2016).

Conhecido como *El Stronato* ou *Stronismo*, seu governo foi marcado por um discurso nacionalista, anticomunista e desenvolvimentista, mas também por práticas sistemáticas de repressão e violações de direitos humanos: perseguições, torturas, assassinatos censura à imprensa e vigilância constante. A filiação obrigatória ao Partido Colorado para funcionários públicos e militares foi uma das estratégias utilizadas para consolidar seu domínio e enfraquecer a oposição (Clepf, 2021). A repressão estendia-se também ao interior do próprio partido, com a eliminação de dissidentes e o exílio forçado de seus adversários políticos (Silva, 2011).

A longevidade do regime foi garantida por um sistema de manipulação e corrupção que envolvia desde as elites econômicas até setores médios e populares, sustentado por práticas institucionalizadas de clientelismo (Nickson, 2025). Sua queda, em 1989, foi precipitada por disputas internas no Partido Colorado e nas Forças Armadas (Silva, 2018). O general Andrés Rodríguez, antigo aliado de Stroessner, apropriou-se do discurso democrático e dos direitos humanos para justificar sua deposição e assumir a presidência, respondendo a pressões internas e externas por abertura política. Apesar da baixa mobilização popular na década de 1980 - resultado da repressão prolongada -, o descontentamento social fermentava silenciosamente. Por isso, compreender o fim do *Stronismo* exige considerar também os espaços de dissidência que escapavam à esfera pública tradicional, reconhecendo as especificidades do autoritarismo na América Latina (Silva, 2018).

Outro elemento central na legitimação do regime foi o discurso da modernização econômica. Com base na análise econômica realizada por Alfredo da Mota Menezes sobre as relações do Brasil e o Paraguai entre os anos de 1955 e 1980, Silva (2018) aponta que o crescimento do PIB e da renda per capita foi mobilizado como justificativa para a permanência de Stroessner no poder. Essa narrativa reforçava a ideia de que o país havia superado um suposto caos anterior ao stronismo, consolidando o lema oficial “Paz y

Progreso con Stroessner". Mesmo autores críticos ao regime como Bernardo Neri Farinha, por vezes reproduzem essa retórica desenvolvimentista (Silva, 2018). A construção da imagem de Stroessner como herói nacional insere-se nesse processo de legitimação simbólica. Seu governo apropriou-se de discursos sobre progresso e estabilidade para consolidar sua figura como líder indispensável à nação, justificando sua presença em monumentos e espaços de memória, como a sua estátua erguida no *Monumento a La Paz Victoriosa* (Figura 02).



Figura 2. Monumento a La Paz Victoriosa.

Fonte: Victória Venturella, 2025.

Antes de analisar a trajetória da estátua de Stroessner, é importante compreender o contexto de sua criação e o projeto simbólico que a envolveu. Segundo a historiadora e professora da Universidade de Madrid, Matilde Eiroa San Francisco (2012), a ideia de construção desse momento remonta a julho de 1973, quando o ditador viajou à Espanha como parte da política de aproximação promovida por Francisco Franco com países latino americanos. Durante essa visita, Stroessner foi impactado pelo monumento situado no Vale dos Caídos, construído em 1940 para abrigar os restos de José Antonio Primo de Rivera, fundador da Falange Espanhola, e dos combatentes da chamada "Cruzada Gloriosa". Impressionado com a grandiosidade da obra, Stroessner contactou um de seus arquitetos, Juan de Ávalos y Taborda, que foi ao Paraguai após a morte de Franco.

Sob a direção de Ávalos, as obras do *Monumento a La Paz Victoriosa* tiveram início em 1979 e foram concluídas em 1982. Segundo Martínez (2019), o projeto foi promovido por Gustavo Gramont Berres que teria articulado a homenagem ao ditador em troca de favores que lhe permitiram realizar diversos negócios no Paraguai e no exterior. Entre esses negócios, durante o período de construção, Berres conseguiu empréstimos em bancos suíços, com garantias em nome do estado paraguaio, resultando em uma dívida de US\$100 milhões no sistema financeiro internacional da qual o país só foi absolvido em 2017, conforme informou a Procuradoria Geral da República do Paraguai ([Dirección de Comunicación...](#), 2017).

De acordo com uma brochura da *Municipalidad de Asunción*, o monumento representa “a ascensão da Pátria aos seus grandes destinos”. Sua base em forma de estrela abriga uma alegoria da estrutura ancestral paraguaia simbolizada pela estátua do Cacique Lambaré, líder indígena da região, segurando a imagem da Virgem de Caacupé, padroeira do Paraguai. A partir dessa base, cinco pilares de concreto se erguem e se unem no topo para sustentar a escultura da “Paz Vitoriosa”. Entre os pilares, encontram-se estátuas de figuras históricas paraguaias: Dr. José Gaspar Rodríguez de Francia - Líder da independência e reconhecido como “Pai do Nacionalismo Paraguaio”, governou o país de forma ditatorial entre 1813 e 1840; Don Carlos Antonio López - primeiro presidente constitucional (1844-1862) - fortaleceu as forças de defesa e foi sucedido por seu filho, Marechal Francisco Solano López, que morreu na Guerra da Tríplice Aliança em 1870 e é celebrado como “Herói máximo da Nacionalidade”; Bernardino Caballero, governou o país entre 1880 e 1886, sendo reconhecido como um herói de guerra e “Reconstrutor da Pátria”. Foi um dos fundadores do partido Colorado, que mais tarde se tornaria o partido de Stroessner.

Até 1991, o monumento incluía a estátua de Alfredo Stroessner, posicionada em frente à escadaria que leva à base do monumento “como uma forma de acolher os visitantes e acima deles” (Martínez, 2019, p. 101). A presença do ditador era exaltada nos materiais de divulgação da prefeitura de Assunção, que descreviam seu governo como um período de “desenvolvimento pleno”, “ordem e paz”, e o apresentavam como “líder indiscutido da Revolução Pacífica” (Municipalidad, s.d.).

A presença da estátua de Stroessner no centro do *Monumento a la Paz Victoriosa* exemplifica o que Aloïs Riegl (1903) chamou de *monumento intencionado* concebido para rememorar conscientemente uma figura ou feito, ele atuava como dispositivo de consagração de uma narrativa oficial, imprimindo no espaço público a identidade projetada pelo regime, associando a imagem do ditador à paz, ao progresso e à continuidade histórica da nação paraguaia. Como destaca Jan Assmann (2008), esse tipo de inscrição simbólica opera no campo da *memória cultural* e *política*, estabilizando discursos e símbolos por meio de suportes materiais duradouros. No entanto, conforme destaca Oliveira (2010), referenciando Salvadori de Decca, a “memória histórica” não é uma mera recuperação dos fatos passados, mas um dispositivo ideológico que legitima o poder ao definir o campo simbólico da identidade nacional. A estátua de Stroessner, nesse sentido, não apenas celebrava um governante, mas também operava como instrumento de consagração de uma narrativa oficial sobre o passado e o futuro do país.

Contudo, a trajetória posterior da estátua revela a instabilidade desses valores atribuídos. Sua derrubada em 1991, apenas dois anos após a queda do regime, evidencia o que Castriota (2022a) define como a “fortuna instável” dos monumentos: embora concebidos para perpetuar uma memória, seus significados são constantemente negociados por diferentes grupos sociais, em contextos históricos diversos. O que antes era símbolo de autoridade e continuidade passou a ser percebido como vestígio de um passado autoritário e incômodo.

Essa mudança de percepção insere a estátua no campo do que Turnbridge & Ashwoth (1996) chamam de *patrimônio dissonante*, pois diferentes grupos atribuem sentidos conflitantes ao mesmo objeto. No caso paraguaio, essa tensão latente só se tornou pública após a deposição de Stroessner, quando a *memória subterrânea* - termo de Michael Pollak para designar lembranças reprimidas pela hegemonia oficial - emergiu com força, confrontando o regime simbólico que se mantivera inabalável até então.

Em menos de dois anos, movimentos públicos exigiram a remoção da estátua, e em 07 de outubro de 1991, o *intendente* Carlos Filizzola, ordenou sua retirada, amparado na lei 27190/90, que proibia monumentos a homenageados vivos (Martínez, 2019, p. 98). A reação foi imediata: apoiadores de Stroessner acusaram o governo municipal de destruir “um patrimônio

nacional” e acolheram o protesto com veemência, levando o presidente Andrés Rodríguez a suspender os trabalhos sob intervenção das Forças Armadas. No dia seguinte, porém, a ordem foi revertida e, diante de uma multidão crescente e do olhar atento da imprensa, a estátua tombou sob aplausos de cidadãos que dançaram sobre seu pedestal (Gutiérrez, 2016) (Figura 03).



Figura 3. A derrubada de Stroessner.
Fonte: Última Hora, 2016.

Essa cena encarna a lógica do poder simbólico de Pierre Bourdieu (2021): ao personificar a autoridade ditatorial, o monumento reproduzia uma dominação que não precisava de violência direta — bastava a crença coletiva em sua representatividade. A derrubada, por sua vez, expôs a violência invertida desse mesmo poder simbólico: a recusa dos subordinados em continuar a atribuir legitimidade a um signo de opressão exercida pelo ditador diante do regime autoritário, personificada ao erguer um monumento em sua própria homenagem, reforça a relação simbólica entre grupos dominadores e dominados. Bourdieu exemplifica claramente esta ação quando enuncia que o poder simbólico permite obter, por vezes, o equivalente daquilo que se obtém pela força, por seu efeito de mobilização. Quanto mais se crê naquilo que está ali imposto e na representatividade do personagem ali homenageado (como o ditador Stroessner e tantos outros personagens controversos), mais a força simbólica estará agindo em nome do grupo que a exerce sobre os que lhe são sujeitos. A derrubada da estátua de Alfredo, como também a destruição de tantos outros monumentos dissonantes, coloca em evidência a insatisfação de grupos até então subordinados diante da violência simbólica.

Mais do que um simples ato de destruição, a remoção de Stroessner mostrou-se um momento decisivo de reinscrição dos valores patrimoniais, revelando como a *memória coletiva* se define tanto pelos símbolos mantidos quanto pelos

símbolos rejeitados. A partir desse episódio, inicia-se um novo capítulo na história do monumento.

O *Monumento a la Paz Victoriosa*, com sua monumentalidade em concreto e esculturas heroicas de figuras históricas, insere-se claramente na tradição estética dos regimes autoritários do século XX, que, como observa Hobsbawm (1995, p.387), privilegiavam o “gigantismo pomposo” e a narrativa épica como forma de legitimar o poder por meio da arte. Sua composição, baseada em grandes volumes verticais e no culto à figura do líder, remete ao modelo clássico do monumentalismo estatal — herdeiro tanto do realismo socialista quanto da arquitetura fascista — em que a escala, a imponência e a simetria não são apenas recursos formais, mas instrumentos políticos para afirmar continuidade histórica e grandiosidade nacional. Nesse sentido, a estátua de Stroessner funcionava como centro de gravidade visual e simbólica do conjunto, reforçando a retórica de “paz” e “progresso” como atributos personificados no ditador.

Fragmentado, o pedaço remanescente assume nova vida na obra de Carlos Colombino, transformando o vestígio autoritário num agente crítico, em consonância com a dinâmica de “invisibilização–reaparecimento” descrita por Castriota (2022a) e com o processo de disputa identitária que marca o patrimônio dissonante. Gutierrez (2016) informa que diversas correntes pró Stroessner tentaram adquirir sem sucesso partes da estátua, que ficou armazenada em um depósito (Figura 04). Quem conseguiu a sua posse foi o artista plástico e arquiteto Carlos Colombino - considerado um dos mais importantes representantes da arte moderna no Paraguai (Colombino, s/d). Colombino propôs uma nova composição com pedaços da estátua, conseguindo o apoio de políticos da época contrários ao regime ditatorial. Como descrito por Kurz, o artista “com paciência de um ourives procedeu a cortar a estátua em fragmentos, deixando partes bem reconhecíveis e as enterrou entre dois grandes blocos de concreto” (Gutiérrez *apud* Martínez, 2019, p. 100), ressignificando-a (Figura 05).

Assim, em contraste, a obra *Entierro de un (otro) monumento*, criada por Carlos Colombino, aproxima-se da estética pós-moderna e da sensibilidade crítica que Hobsbawm (1995, p.397) identifica no período posterior a 1990, quando havia “um ceticismo essencial sobre a existência de uma realidade objetiva”. Ao fragmentar e enterrar os restos da estátua, Colombino abandona a

monumentalidade épica e apostar na desconstrução como gesto artístico e político. O novo monumento não busca exaltar uma figura, mas questionar a própria lógica da memória oficial, deslocando o olhar do espectador para a ausência, a ruína e a cicatriz. Essa operação se alinha à postura vanguardista que, segundo Hobsbawm, rejeita o culto ao passado e ao poder para abrir espaço a linguagens críticas e experimentais. Assim, a estética pós-moderna do “anti-monumento” transforma o que antes era símbolo de dominação em signo de resistência, revelando a mutabilidade do valor artístico e memorial no espaço público.

O novo monumento em homenagem às vítimas da ditadura foi implantado na *Plaza de los Desaparecidos*, à frente do *Palácio de los López* em Assunção, que abriga atualmente o gabinete presidencial e a sede do governo. A obra ressignificada cumpre um novo papel, alertando a população do perigo de deixar ressurgir um novo regime autoritário, como bem recorda Lía Colombino, museóloga e filha do artista paraguaio (Paraguai, 2016).



Figura 4. A estátua em depósito;
Fonte: Jorge Saenz, 1991.

O ato de revisitar o passado não é tarefa fácil, como reforçam Sosa e Ferreira (2014), especialmente aquele traumático e difícil. O período de regimes totalitários no Cone Sul deixou marcas permanentes e memórias traumáticas, inflamando as organizações e pessoas, violadas em seus direitos, o anseio e a necessidade de reparação e justiça. Assim como a criação de espaços físicos, como museus e memoriais, carregam o intuito de contar as histórias e trazer os acontecimentos como forma de comunicação e ensinamento, o novo monumento, onde o ditador aparece estraçalhado, se firma como forma de

conscientização e rememoração, alertando para um período que não se pode esquecer, justamente para que não se repita.



Figura 5. Entierro de un (otro) monumento, de Carlos Colombino
Fonte: Victória Venturella, 2025

O monumento que foi ressignificado, e traz consigo toda a carga de contestação de uma parcela da comunidade, se mostra enquanto "ferramenta cultural" para expressar e construir um senso de comunidade e, mais que isso, permite materializar e trazer para a realidade física as experiências vividas. Como destacado em Bourdieu (2021), há uma disputa simbólica onde os monumentos se inserem enquanto instrumentos de expressão e legitimação do grupo, e, no caso do novo monumento, traduz de maneira figurada o que era esperado para a fase do Stronismo.

Estes dois momentos - tanto o da estátua erguida no *Monumento a La Paz Victoriosa* quanto esta mesma estátua "esmagada" e ressignificada por Colombino - nos permitem um esforço no entendimento dos Valores, com base no que propõe Riegl (Quadro 2). Antes de 1991, nota-se enquanto valores de rememoração o valor histórico, contando a história da ditadura e do próprio ditador, bem como o valor de rememoração intencional, pontuando, naquele monumento, intencionalmente, a figura autoritária de Alfredo juntamente com demais personalidades. Enquanto valor de contemporaneidade, temos o artístico, pensado pelo artista e materializado naquela obra. Coincidemente, hoje, nota-se as mesmas categorias de Valores, mas com conotações diferentes. O valor histórico está agora na necessidade de se contar uma história para que não se repita, o que se completa com o valor de rememoração

intencional, principalmente ao localizar o bem ressignificado na *Plaza de los desaparecidos*, local que rememora as centenas de presos políticos desaparecidos durante o Stroessner. Por fim, o valor artístico se faz como uma forma de contestação, nos fazendo entender, através da arte, o simbolismo e a representatividade deste ditador, agora esfacelado entre blocos de cimento.

CATEGORIAS DE VALORES (RIEGL)	
ANTES DE 1991	HOJE
REMEMORAÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> - HISTÓRICO - REMEMORAÇÃO INTENCIONAL 	REMEMORAÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> - HISTÓRICO - REMEMORAÇÃO INTENCIONAL
CONTEMPORANEIDADE: <ul style="list-style-type: none"> - ARTÍSTICO 	CONTEMPORANEIDADE: <ul style="list-style-type: none"> - ARTÍSTICO

Quadro 2. Categorias de valores (Riegl) presentes nos monumentos.

Fonte: Os autores.

No fim, a história imposta pela primeira estátua erguida no *Monumento a La Paz Victoriosa*, bem como todas as demais narrativas que se seguiram até sua derrubada e posterior ressignificação, traduzem três momentos bastante significativos. Alfredo Stroessner, ao erguer um monumento em sua própria homenagem, materializou e reforçou seu poder autoritário sobre o povo paraguaio. Este mesmo monumento, retirado diante do clamor popular e ressignificado, mantendo o ditador esmagado, demonstrou uma divergência entre a *memória cultural* que se tentava construir e a *memória coletiva*, ainda quente, visão que se tinha de Alfredo (e consequentemente de seu período político). Como evidenciado, muitos dos indivíduos que compunham a sociedade paraguaia ainda traziam nas suas memórias individuais e sociais uma imagem do ditador muito distinta daquela que ele pretendia perpetuar, sendo aquela “marca de memória” passível de interpretação como a continuidade da violência sofrida, ainda que simbólica. Essa dissonância entre a *memória política e social*, se aflorou quando o ditador perdeu o seu poder, fazendo aflorar a *memória subterrânea*. A potência do monumento/estátua na preservação de símbolos de identidade com os quais aquele grupo social não se reconhecia levou à sua retirada. O estudo desse caso é um bom exemplo do que Halbwachs disse sobre a história começar quando a memória coletiva não é mais ativa. Isso talvez justifique a retirada apenas de Stroessner e não dos outros ditadores que ainda compõem aquele monumento.

Mantê-lo em posição de inferioridade, muito diferente daquela que ocupava no Cerro Lambaré, foi também uma reação ao período de tortura e,

consequentemente, uma forma de alerta contra possíveis regimes políticos semelhantes. Entre esses dois momentos importantes, não se pode esquecer de um terceiro, também significativo: o vazio após a derrubada da estátua de Alfredo no *Monumento a La Paz Victoriosa* não foi preenchido. Este espaço, agora vago, e a decisão de não se ter ali nenhuma outra estátua, configura-se como um ato de contestação e de reação. A área desocupada também nos faz refletir sobre as violências simbólicas impostas e, em alguns casos, superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou refletir sobre as transformações de valores atribuídos a *monumentos intencionados*, a partir do caso paradigmático da estátua de Alfredo Stroessner no Paraguai. A análise permitiu demonstrar como um mesmo objeto patrimonial pode atravessar temporalidades distintas e assumir funções opostas - da exaltação autoritária à denúncia simbólica - mantendo, porém, categorias de valor constantes.

Ao seguir a trajetória da estátua desde sua inauguração, em 1982, como parte do *Monumento a La Paz Vitoriosa*, até sua ressignificação como elemento compositivo da obra de arte *Entierro de un (otro) monumento*, argumentou-se que a permanência dos valores (histórico, artístico e de rememoração) não implica imutabilidade semântica, mas revela o quanto os sentidos patrimoniais são moldados pelas disputas de memória.

O caso paraguaio, anterior às ondas globais de contestação de monumentos a partir de 2019, oferece uma antecipação teórica relevante ao debate contemporâneo sobre patrimônio dissonante. A reação popular à presença simbólica do ditador, a decisão institucional de sua remoção e a apropriação artística dos restos da estátua ilustram com clareza os mecanismos pelos quais a sociedade redefine o que deseja lembrar e esquecer.

Nesse cenário, repensar o papel dos monumentos exige um olhar atento sobre os processos de significação que os envolvem. Monumentos não apenas refletem a memória de um grupo dominante, mas integram disputas simbólicas por reconhecimento e identidade. Para isso, esse trabalho dialoga com os conceitos de *monumento intencionado* proposto por Aloïs Riegl (1858-1905), com as críticas de Laurajane Smith ao discurso autorizado do patrimônio, e com abordagens contemporâneas sobre memória coletiva e política. O caso da estátua de Alfredo Stroessner, no Paraguai, serve como chave de leitura para essas tensões.

Essa mudança de olhar evidencia o caráter dinâmico da memória e a dimensão política dos espaços e objetos que a materializam. Desde sua origem, particularmente a partir de uma análise do contexto europeu do século XVII, como destaca a historiadora francesa Françoise Choay (2017), os monumentos vêm sendo utilizados para uma afirmação de autoridade, de grandiosidade, com o intuito de celebrar e registrar valores e memórias públicas de um determinado grupo que estivesse no poder. A arqueóloga americana Laurajane Smith (2006) aprofunda o pensamento de Choay ao destacar que o monumento, a partir de uma visão particularmente europeia do mundo, abarcou um papel de acionador de memórias e um testemunho da história. Dessa maneira, em momentos em que essa história e memória públicas são questionadas, não é surpresa imaginar que esses símbolos de determinados grupos também sejam postos em crivo. Como destacam Avrami, Mason e De la Torre (2000, p. 4), os desafios futuros da conservação não decorrem apenas dos próprios objetos e sítios patrimoniais, mas dos contextos em que a sociedade os insere, sendo esses contextos a verdadeira fonte de significado do patrimônio e a razão de ser da conservação.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

REFRÊNCIAS

- ALLIER MONTAÑO, Eugenia. *Batallas por la memoria: Los usos políticos del pasado reciente en Uruguay*. México: UNAM, Instituto de Investigaciones sociales; Montevideo, Uruguay: Ediciones Trilce, 2010
- ASSMANN, Jan. Communicative and Cultural Memory. In: ERLL, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Org.). *Cultural Memory Studies: An International and Interdisciplinary Handbook*. Berlin, New York: Walter de Gruyter, 2008, p. 109-118.
- ASSMANN, Jan. Cultural and Communicative Memory. *Conferência Internacional Memória Comunicativa e Cultural*. 15 de maio de 2013. Sala de Eventos do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - IEA/USP. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://iptv.usp.br/portal/video.action?idItem=12215> Acesso em 17/01/2023.
- ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. Values, Valorization and Cultural Significance in.: *Values and Heritage Conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation: 2000. p. 7-9.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70, 2021.

COLOMBINO, Carlos. *Entierro de un (otro) monumento*. [S.I.]:Catálogo das Artes, [s.d.]. Disponível em: <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Carlos%20Colombino%20%281937%29/>. Acesso em: 25 set. 2022.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. A Fortuna Instável do Patrimônio: desinvilizando @monumentosincomodos no chile. *Lusotopie: Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises*, Paris, v. , n. 1, p. 01-25, jan. 2022a. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lusotopie/5364>. Acesso em: 01 dez. 2022.

_____. *Patrimônio e Valores: A via crítica de Alois Riegl*. Belo Horizonte: IEDS; Miguilim, 2022b.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

CLEPF, Amanda. *Os 35 anos de ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai*. 2021. Disponível em: <https://exclamacion.com.br/2021/04/27/os-35-anos-de-ditadura-de-alfredo-stroessner-no-paraguai/>. Acesso em: 25 set. 2022.

DIRECCIÓN de Comunicación y Relaciones Públicas. *Histórica reivindicación jurídica de la República del Paraguay*: Jueza Federal de Washington D.C. hace lugar a la defensa del Estado paraguayo y rechaza demanda derivada del caso “Gramont Berres”. Procuraduría General de la República Paraguay. Disponível em: <https://www.pgr.gov.py/?p=10373>. Acesso em: 23 ago. 2025.

DOLFF-BONEKÄMPFER, Gabi 2010, “Gegenwartswerte, Für eine Erneuerung Von Alois Riegls Denkmalwerttheorie”, in Meier, H.-R. & Scheurmann, I. eds, DENKmalWERTE. *Beiträge zur Theorie uns Aktualität der Denkmalpflege*, Berlin, München, Deutscher Kunstverlg: 27-40.

GUTIÉRREZ, Andrés Colmán. *El día en que Stroessner fue derribado del cerro Lambaré*. 2016. Disponível em: <https://www.ultimahora.com/el-dia-que-stroessner-fue-derribado-del-cerro-lambare-n992614.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques, 1924. *História e memória*; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MARTÍNEZ, William Paats. *Del Cielo al Suelo*. In: VANEGAS, Carolina; FUREGATTI, Sylvia; MARTUCELLI, Elio (org.) *Efímero/Permanente: Pugnas por la Conservación del Arte Público*. VI Seminario Internacional sobre Arte Público en Latinoamérica. 20 al 22 de noviembre de 2019. Lima, Perú. Lima: Grupo de Estudio sobre Arte Público en Latinoamérica (GEAP-Latinoamérica), 2019. p 95-104.

MONTERO, Mariano Damián. “Yo lo derribé en vivo y en directo”. Presentación y representación en un episodio de iconoclasia política en el Paraguay contemporáneo: inauguración, derribo y resignificación de una estatua de Alfredo Stroessner, 1982-1996 (Argentina, 20024). *Divulgatio: Perfiles académicos de posgrado*, Vol. 9, Número 25, 2024, 1-20. Disponível em: <https://doi.org/10.48160/25913530di25.453>

MORA, P. et al. Monumentos incômodos. *ARTSCHOCK: Revista de Arte Contemporâneo*. 05.07.2020, <https://artishockrevista.com/2020/07/05/monumentos-incomodos>.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, Memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*, [S. I.], v. 9, n. 1, p. 56–70, 2013. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3586>. Acesso em: 7 jun. 2025.

MUNICIPALIDAD DE LA CIUDAD DE ASUNCIÓN. *Monumento a “La Paz Victoriosa”* (Cerro Lambaré). Ciudad de Asunción - Paraguay, [s.d]. 5p. Disponível em: <https://lae.princeton.edu/catalog/9e2db6ec-c80b-4006-b308-9aa37ac3c23c?locale=en#?c=0&m=0&s=0&cv=0&xywh=-194%2C1799%2C3430%2C1792>

NICKSON, Andrew. The Legacies of the Stroessner Dictatorship in Paraguay. *Current History*, [S.L.], v. 124, n. 859, p. 68–73, 1 fev. 2025. University of California Press. <http://dx.doi.org/10.1525/curh.2025.124.859.68>.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio - perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, jul./dez. 2010 p. 131-151

PARAGUAI se divide entre eliminação de símbolos e homenagem a ditador. 2016. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/america-latina/paraguai-se-divide-entre-eliminacao-de-simbolos-e-homenagem-a-ditador,f7b09e015de70a1f01715778bf2d8a1eg6mbcumj.html>. Acesso em: 25 set. 2022.

PEREIRA JUNIOR, P. A. A sociedade paraguaia representada nos estudos sobre a ditadura cívico-militar de Alfredo Stroessner. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 42–71, 2016. DOI: 10.35699/2525-8036.2016.5008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/e5008>. Acesso em: 25 set. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n. 3 (1989): Memória ,p. 3-15.

RIEGL, Alois. *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: essência e gênese. In CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio e Valores: A via crítica de Alois Rieg*l. Belo Horizonte: IEDS; Miguilim, 2022. p. I-LXI.

ROCHA, Ricardo Souza. A noção de monumento: do mármore ao incômodo. *Patrimônio e Memória*, [S. I.], v. 18, n. 1, p. 421–439, 2022. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/3007>. Acesso em: 5 jun. 2025.

SAN FRANCISCO, Matilde Eiroa. Acción exterior y propaganda: las visitas de líderes latinoamericanos a franco. *Latinoamérica: Revista de estudios latinoamericanos*, México, v. 54, n. 1, p. 111-134, jun. 2012.

SILVA, Graziano Uchôa Pinto da. *A era Stroessner: uma análise da cultura política paraguaia (1954-1970)*. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2011.

SILVA, Paulo Renato da. *Uma historiografia sobre a “falta”: a ditadura do general Alfredo Stroessner no Paraguai (1954-1989)*. Revista de História (São Paulo), n. 177, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.127742>. Acesso em maio 2025.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

SOSA, Ana Maria; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memoria musealizada: un estudio sobre los procesos de patrimonialización de memorias traumáticas en Uruguay y Brasil. *Museología e Patrimônio*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 109–130, 2014. Disponível em: <https://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/333>. Acesso em: 20 maio. 2025.

SOSA, Ana Maria. Patrimonialización de lugares vinculados a memorias traumáticas: políticas públicas sobre el pasado reciente en Uruguay. In URTIZBEREA, Iñki Arrieta. *Lugares de Memória Traumática: representaciones museográficas de conflictos políticos y armados*. Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua = Sevicio Editorial, 2016 p. 179-198

TURNBRIDGE, J.E.; ASHWORTH, G.J.. *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource in Conflict*. Chilchester: Wille, 1996.

URTIZBEREA, Iñki Arrieta. Recordar y olvidar: emprendedores y lugares de memoria. In *Lugares de Memória Traumática: representaciones museográficas de conflictos políticos y armados*. Bilbao: Universidad del País Vasco/ Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua = Sevicio Editorial, 2016 p. 11-22.

Claudia Nunes de Lima e Andrade: Arquiteta e Urbanista Pesquisadora em Patrimônio Cultural e SustentabilidadeCom uma sólida formação acadêmica e vasta experiência na área de patrimônio cultural, desenvolvo pesquisas e projetos que integram memória, conservação e sustentabilidade. Atualmente, sou doutoranda na linha de memória e patrimônio cultural pela UFMG, onde também concluí o mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável. Minha atuação inclui projetos de pesquisa e extensão sobre gentrificação, turismo cultural e novas abordagens para a conservação patrimonial.Ao longo da minha trajetória, exerci funções estratégicas no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha/MG), colaborando em ações de recuperação e gestão do patrimônio em áreas impactadas por desastres. Minha experiência abrange também docência em cursos de especialização, participação ativa em organizações como o ICOMOS Brasil e a Association for Preservation Technology International (APTi), além da elaboração de estudos técnicos e publicações acadêmicas sobre patrimônio e urbanismo.Busco continuamente aprofundar o conhecimento e promover iniciativas que conciliem a valorização do patrimônio com a sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades.

Tamara Nunes Pereira: Doutoranda em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos pelo MP-CECRE da Universidade Federal da Bahia (2018). Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015). Técnica em Edificações pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais - Campus Juiz de Fora (2010). Atuou como Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário do Sudeste Mineiro (UNICSUM), entre 2019 e 2022, ministrando disciplinas de teoria da restauração, projeto em patrimônio cultural, história e teoria da arquitetura, do urbanismo e da arte. Atualmente, elabora projetos de intervenção em bens de interesse cultural em parceria com outros arquitetos e empresas. Tem experiência na área de arquitetura e urbanismo, com enfoque em patrimônio cultural, ações de conservação e restauração de edificações históricas, sistemas construtivos.

João Pedro Otoni Cardoso: é arquiteto e urbanista, mestre e doutorando em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela UFMG. Sua trajetória combina pesquisa em memória e patrimônio cultural com atuação prática, incluindo passagem pelo ICCROM e participação no ICOMOS Brasil. Possui experiência em projetos, capacitação e gestão do patrimônio cultural.

Leonardo Barci Castriota: Leonardo Barci Castriota é arquiteto-urbanista (1986), com doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000) e pós-doutorado junto ao Getty Conservation Institute (GCI) em Los Angeles (2001) e a Universidad Politécnica de Madrid (2009/2010). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. É Presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL) e, desde dezembro de 2017, Vice-Presidente do ICOMOS internacional. Foi Vice-Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), de 2012 a 2016. Publicou 53 artigos em periódicos especializados e 98 trabalhos em anais de eventos. Possui 68 capítulos de livros e 24 livros publicados e organizados. Possui 71 itens de produção técnica, entre os quais se destacam projetos de restauração, planos e projetos de conservação e reabilitação do patrimônio e de planejamento urbano, notadamente a coordenação de seis planos diretores municipais. Participou de 115 eventos, no exterior e no Brasil. Orientou 3 teses de doutorado, 44 dissertações de mestrado, 30 monografias de conclusão de curso de especialização, além de ter orientado 62 trabalhos

de iniciação científica nas áreas de arquitetura e urbanismo, filosofia e direito. Recebeu 9 prêmios e/ou homenagens. Atua na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em conservação e revitalização do patrimônio do planejamento e projeto do espaço urbano. Foi pesquisador da Rockefeller Foundation e do Getty Conservation Institute, sendo pesquisador com bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, desde 2002 e da FAPEMIG, com a bolsa de Pesquisador Mineiro, desde 2007. Tem atuação também em diversos cargos e conselhos na área do patrimônio, podendo se destacar a Diretoria de Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1993-1994), o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (1995-2000), o Conselho Curador do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), sendo atualmente membro do Conselho Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (CONEP-MG). Foi Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento de Minas Gerais (IAB-MG) (1999-2003), Diretor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2002-2006) e coordenador do Programa Interdisciplinar em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) na UFMG (2009-2012). Em seu currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: patrimônio, arquitetura, planejamento urbano, revitalização, preservação, Brasil, conservação, cidade e história.

Texto recebido em: 29/06/2025

Texto aprovado em: 12/09/2025